

6º SIMULADO

DEPEN

AGENTE FEDERAL DE
EXECUÇÃO PENAL

PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

6º Simulado DEPEN

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do DEPEN;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE/CEBRASPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-DEPEN-20-06-20>

01 – C E	25 – C E	49 – C E	73 – C E	97 – C E
02 – C E	26 – C E	50 – C E	74 – C E	98 – C E
03 – C E	27 – C E	51 – C E	75 – C E	99 – C E
04 – C E	28 – C E	52 – C E	76 – C E	100 – C E
05 – C E	29 – C E	53 – C E	77 – C E	101 – C E
06 – C E	30 – C E	54 – C E	78 – C E	102 – C E
07 – C E	31 – C E	55 – C E	79 – C E	103 – C E
08 – C E	32 – C E	56 – C E	80 – C E	104 – C E
09 – C E	33 – C E	57 – C E	81 – C E	105 – C E
10 – C E	34 – C E	58 – C E	82 – C E	106 – C E
11 – C E	35 – C E	59 – C E	83 – C E	107 – C E
12 – C E	36 – C E	60 – C E	84 – C E	108 – C E
13 – C E	37 – C E	61 – C E	85 – C E	109 – C E
14 – C E	38 – C E	62 – C E	86 – C E	110 – C E
15 – C E	39 – C E	63 – C E	87 – C E	111 – C E
16 – C E	40 – C E	64 – C E	88 – C E	112 – C E
17 – C E	41 – C E	65 – C E	89 – C E	113 – C E
18 – C E	42 – C E	66 – C E	90 – C E	114 – C E
19 – C E	43 – C E	67 – C E	91 – C E	115 – C E
20 – C E	44 – C E	68 – C E	92 – C E	116 – C E
21 – C E	45 – C E	69 – C E	93 – C E	117 – C E
22 – C E	46 – C E	70 – C E	94 – C E	118 – C E
23 – C E	47 – C E	71 – C E	95 – C E	119 – C E
24 – C E	48 – C E	72 – C E	96 – C E	120 – C E

PORTUGUÊS

Décio Terror

No Brasil, ao menos 32,5 mil presos foram libertados por conta da pandemia do coronavírus

Levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revela que ao menos 32,5 mil presos foram libertados nos últimos três meses como medida de redução do contágio pelo coronavírus. O número representa 4,8% do total de presos no país, excluídos quem está em regime aberto e em cadeias nas delegacias. Os detentos deixaram o sistema prisional para ficar em prisão domiciliar, ou sob monitoramento eletrônico. O CNJ ressaltou que, em todo o mundo, cerca de 5% dos detentos deixaram as prisões em razão da pandemia.

As medidas foram determinadas com base na Recomendação 62, de março, que incentiva os juízes a reverem caso a caso a prisão de pessoas inseridas em grupos de risco e em final de pena, que não tenham cometido crimes violentos ou com grave ameaça, como latrocínio, homicídio e estupro. Para obter o benefício, o preso também não pode pertencer a organizações criminosas. Segundo o CNJ, ao menos 24 unidades da federação usaram a recomendação para libertar presos. Como nem todos os estados disponibilizaram dados de detentos libertados, o número de beneficiados com a medida pode ser ainda maior.

Nesta sexta-feira, o plenário do CNJ aprovou a renovação do prazo de vigência da Recomendação 62, com medidas para evitar contaminações em massa da Covid-19 no sistema prisional e socioeducativo. O prazo foi ampliado por mais 90 dias. De acordo com dados levantados nas unidades da federação, houve um aumento de 800% nas taxas de contaminação nos presídios desde maio, chegando a mais de 2,2 mil casos nesta semana.

Com a renovação do prazo da Recomendação 62, o CNJ lançará nos próximos dias uma página na internet com informações atualizadas periodicamente sobre presos beneficiados com a norma. Entre os dados que serão disponibilizados, está o número de contaminações de pessoas privadas de liberdade e servidores.

<https://extra.globo.com/noticias/coronavirus/no-brasil-ao-menos-325-mil-presos-foram-libertados-por-conta-da-pandemia-do-coronavirus-24477573.html>

01. Infere-se do texto que a expressão “foram libertados”, no título do texto, significa que houve um ponto final ao dever do preso de responder penalmente pela prática do correspondente ato ilícito.

02. Entende-se do texto que estão inseridos no grupo de 32,5 mil presos libertados por conta da pandemia do coronavírus todos aqueles que estão em grupos de risco e em final de pena.

03. Como nem todos os estados da federação disponibilizaram dados de detentos libertados, o número de beneficiados com a medida no país pode ser ainda maior, por isso o dado real brasileiro ultrapassa a média mundial de 5% dos detentos que deixaram a prisão em razão da pandemia.

04. No primeiro parágrafo, o termo “do contágio” completa o sentido do substantivo “redução”.

05. A norma gramatical permite a inserção de dupla vírgula para isolar o termo “ao menos 32,5 mil presos” (1º parágrafo), devido à função sintática desempenhada na oração.

06. O vocábulo “excluídos” (1º parágrafo) deve ser flexionado no singular – **excluído** – a fim de manter a correção no período.

07. Mantém a correção gramatical e o sentido original a substituição da expressão “em razão da” (1º parágrafo) por **devido à** ou **por causa da**.

08. A conjunção “Como”, em “Como nem todos os estados disponibilizaram dados de detentos libertados” (2º parágrafo) inicia oração com valor de comparação.

09. A segunda vírgula do termo “de março” (2º parágrafo) apresenta dupla funcionalidade: primeiro, finaliza o termo intercalado; segundo, inicia oração de valor explicativo.

10. O verbo “reverem” (2º parágrafo) pode ser substituído por **rever**, mantendo-se a correção gramatical.

11. O emprego do pronome em “nesta semana” (3º parágrafo) ocorreu por recurso anafórico, isto é, por retomar expressão anterior.

12. No período “Entre os dados que serão disponibilizados, está o número de contaminações de pessoas privadas de liberdade e servidores.” (4º parágrafo), subentende-se a preposição **de** diante do substantivo “servidores”, pois tal nome está sintaticamente paralelo ao termo anterior: “pessoas privadas de liberdade”.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Herbert Almeida

José é servidor público federal, ocupante de cargo de chefia, e bastante ativo nas atividades sindicais relativas à sua categoria. Em busca de apoio aos seus pleitos, vem coagindo seus subordinados a se filiarem à associação sindical da qual é participante, o que vem gerando certo desconforto no ambiente de trabalho.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens a seguir acerca do o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990).

13. A conduta praticada por José é passível de aplicação de penalidade de advertência por escrito.

14. Além da sanção aplicada nos termos do Estatuto, o servidor poderá ficar impossibilitado de assumir novo cargo público federal pelo prazo de cinco anos.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Guilherme Neves

Considerando A e B dois eventos aleatórios, com probabilidades $P(A) = 0,7$ e $P(B) = 0,4$ e que \bar{A} e \bar{B} são os seus eventos complementares, respectivamente, julgue os itens a seguir.

15. $0,1 \leq P(A \cap B) \leq 0,4$.

16. $P(A|B) > 0,3$.

17. Se A e B são eventos independentes, então os eventos A e \bar{B} também são independentes.

18. Se A e B são eventos independentes, então $P(A \cup B) > 0,80$.

19. É possível que $P(A|B) + P(B|A)$ seja igual a zero.

Para um conjunto qualquer X, $n(X)$ representa a quantidade de elementos de X. Considere que os conjuntos A, B e C tenham as seguintes propriedades:

- $n(A) = n(C) = 50$
- $n(B) = 40$
- $n(A \cap C) = n(B \cap C) = 20$
- $n(A \cap B) = 10$
- $n(A \cup B \cup C) = 90$

Com base nas informações acima, julgue os itens a seguir.

20. $n(A \cap B \cap C) > 5$.

21. $n(A \cup B) = 80$.

22. Cinquenta elementos pertencem a exatamente dois conjuntos.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

Julgue os seguintes itens, a respeito da modelagem de banco de dados.

23. A chave primária de uma entidade é formada por um atributo que identifica valores únicos de cada tupla, não sendo possível ser formada por mais de um atributo.

24. Entidades fortes são aquelas que não dependem de outras entidades para existirem no banco de dados, por isso são representadas em um modelo ER por losangos.

Sobre convergência de rede, julgue a próxima questão.

25. Durante um evento de videoconferência foi identificado um processo de envio e recebimento de dados através do protocolo UDP, operante na camada de transporte do modelo TCP/IP, e que a comunicação estava sendo mantida em tempo real pelos protocolos RTP e RTCP, da camada de aplicação do modelo TCP/IP.

No que se refere à segurança da informação e procedimentos de backups, julgue os próximos itens.

26. Após estabelecida uma periodicidade e ao ser escolhido o tipo incremental por padrão, a primeira cópia indicada a ser realizada é o becape do tipo completo.

27. As operações convencionais de assinatura digital foram desenvolvidas especialmente para prover confidencialidade e autenticidade no processo. Para isso, será criptografado o *Hash* gerado com a chave privada do assinante e comprovado o procedimento de assinatura com a chave pública correspondente ao par.

Com relação aos programas Microsoft, julgue os próximos itens.

28. O sistema de gestão e apoio a decisão Power BI, permite incorporar vários tipos de arquivos para gerar relatório e dashboards. Dentre os tipos de arquivos importados estão XLSX, DOCX e PPTX.

29. Um Agente está utilizando o aplicativo LibreOffice CALC, versão Português-BR, e digitou na célula D1 a seguinte fórmula: =SE(A1*B\$1<=\$C\$1;VERDADEIRO;SE(SOMA(C1/B1)=B1;FALSO;50)) e considerando nas células A1, B1 e C1 contém os respectivos valores 5, 3 e 9. O resultado após o agente pressionar a tecla ENTER será FALSO.

30. Durante a edição de um texto no Word, versão em português e padrão de instalação, foi necessário copiar a formatação do primeiro título do documento, composto pela fonte Calibri (corpo), tamanho 11 e na cor preto. Para isso, o usuário poderá utilizar a ferramenta pincel de formatação, disponível na guia página inicial, ou utilizar as teclas de atalho CTRL+SHIFT+C.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Ricardo Vale**

Julgue as próximas assertivas, com base nos dispositivos constitucionais pertinentes aos direitos e deveres individuais e coletivos:

31. O ordenamento jurídico brasileiro veda completamente a pena de morte.

32. A identificação civil somente é admitida em casos excepcionais, em que a identificação criminal se mostra inviável.

33. O mandado de segurança será o remédio cabível sempre que constata a ilegalidade ou o abuso de poder por parte da autoridade pública.

No que diz respeito à defesa do Estado e das instituições democráticas, à luz dos dispositivos constitucionais pertinentes, julgue o que se segue:

34. O preenchimento do quadro de servidores da polícia penal pode ser feito mediante transformação dos cargos dos atuais agentes penitenciários, não sendo necessário, nesse caso, a realização de novo concurso público.

Julgue a assertiva a seguir, a respeito dos direitos sociais elencados na CF/88:

35. É vedada a criação de sindicatos representantes da mesma categoria, ainda que em bases territoriais distintas.

No tocante aos direitos de nacionalidade, conforme regras disciplinadas na Constituição da República, julgue o que afirma abaixo:

36. O brasileiro nato que optar, voluntariamente e fora das hipóteses constitucionalmente admitidas, por outra nacionalidade, poderá ser extraditado.

Sobre aos direitos políticos elencados na atual Constituição, julgue a seguinte afirmação:

37. A lei que alterar o processo eleitoral somente entrará em vigor um ano após sua publicação.

Julgue o próximo item, com base no que dispõe a Constituição Federal acerca do Poder Executivo:

38. Participam da composição do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional o Ministro da Justiça e seis cidadãos brasileiros natos, escolhidos pelo Presidente da República, pela Câmara e pelo Senado.

DIREITO ADMINISTRATIVO**Thallius Moraes**

Levando em consideração disposições previstas na Lei 8.112/90, que trata do regime jurídico único dos servidores públicos civis federais, julgue o próximo item.

39. A ajuda de custo é uma modalidade de indenização devida ao servidor que, em virtude de remoção de ofício, deva ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente.

Acerca dos Poderes da Administração e da Responsabilidade Civil do Estado, julgue as próximas assertivas.

40. A avocação de competências, medida que ocorre de forma excepcional e temporária, é uma decorrência do poder hierárquico da Administração Pública.

41. A responsabilização do Estado pelo homicídio de um detento, perpetrado por outros detentos em um estabelecimento prisional, demanda a demonstração de negligência dos agentes penitenciários.

Acerca das Licitações e dos Contratos Administrativos, levando em consideração as normas traçadas na Lei 8.666/93 e no Decreto 10.024/19, julgue os próximos itens.

42. A tomada de preços é a modalidade de licitação da qual podem participar quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

43. Quando um órgão da União for adquirir um bem de natureza comum, é obrigatório o uso do pregão, na sua forma eletrônica. Tal modalidade licitatória, contudo, é vedada para contratação de obras.

O Decreto 6.170/07 dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse. Considerando suas disposições, analise o próximo item.

44. É proibida a celebração de convênio com entidade sem fins lucrativos que não comprove ter desenvolvido, nos últimos cinco anos, atividades referentes à matéria objeto do convênio.

A lei 9.784/99 estabelece as regras acerca do processo administrativo em âmbito federal. Considerando essas disposições, analise os próximos itens.

45. Um terceiro, que não tenha sido quem iniciou um determinado processo administrativo, não pode ser legitimado como interessado nesse processo.

46. O direito que a Administração Pública possui para anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários prescreve em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo em caso de comprovada má-fé.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

TEXTO-BASE para os itens 47 a 50

Situação hipotética: José, egresso do sistema prisional, decidiu se vingar de Pedro, Agente de Execução Federal que trabalhava no presídio em que José esteve cumprindo pena, por entender que teria sofrido tratamento discriminatório pelo agente público. Para tanto, aguardou Maria, esposa de Pedro, sair do trabalho e desferiu 03 tiros contra esta, com *animus necandi*. Maria, apesar dos ferimentos, não faleceu, em razão da intervenção médica realizada rapidamente. José, após os disparos, fugiu para evitar a prisão em flagrante.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

47. Assertiva: no caso em tela, José deverá responder por homicídio doloso qualificado, na forma tentada.

48. Assertiva: no caso, houve tentativa cruenta ou vermelha.

49. Assertiva: a pena de José será aquela prevista para o crime de homicídio doloso qualificado consumado, reduzida de um sexto a um terço.

50. Assertiva: a pena de José será majorada em 1/3 por ter fugido para evitar a prisão em flagrante.

TEXTO-BASE para os itens 51 a 53

Situação hipotética: José, primário, entrou em determinado supermercado e subtraiu 02 garrafas de whisky, avaliadas em R\$ 110,00 cada, após quebrar o vidro que protegia a prateleira onde se encontravam guardadas as bebidas consideradas mais caras. Após verificarem o furto pelas câmeras de segurança, alguns agentes privados do supermercado informaram o fato à polícia, que prendeu José em flagrante minutos depois, a algumas quadras do local do crime, tendo sido recuperada integralmente a *res furtiva*.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

51. Assertiva: José deverá responder pelo crime de furto qualificado, em sua forma consumada.

52. Assertiva: no caso em tela, a despeito da primariedade do agente e do pequeno valor da coisa, não é possível a aplicação do privilégio.

53. Assertiva: no caso em tela, não será possível a aplicação do princípio da insignificância.

54. Acerca dos crimes contra a administração da Justiça, julgue o item a seguir:

A fuga do preso, mediante emprego de violência contra coisa ou grave ameaça à pessoa, configura o crime de evasão mediante violência.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

55. A lei processual penal tem aplicação imediata, exceto para os processos que versem sobre fatos criminosos cometidos antes de sua vigência.

56. A lei processual penal não admite interpretação extensiva nem aplicação analógica, mas tão somente o suplemento dos princípios gerais do direito.

57. Todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade e pelo escrivão.

58. É vedada a reprodução simulada dos fatos nas hipóteses que contrarie a ordem pública, a moralidade, os princípios gerais do direito e a ordem econômica.

59. A prisão preventiva pode ser decretada ainda que o autor tenha agido em situação concreta correspondente às excludentes de ilicitude.

60. Na falta ou impedimento do escrivão, qualquer pessoa designada pela autoridade lavrará o auto, depois de prestado o compromisso legal, exceto em se tratando do próprio investigador de Polícia em face de quem dispensa-se o referido compromisso.

61. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

62. Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**Ricardo Torques**

Com base nas regras da DUDH, julgue o item a seguir:

63. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, não será infligida pena mais grave do que a que era aplicável no momento em que a decisão foi proferida.

Tendo em vista as regras de nacionalidade, previstas na CF, julgue o item abaixo:

64. Caio é nascido na República Federativa do Brasil. Seu pai é embaixador de Portugal no Brasil. Neste caso, se houver reciprocidade em favor dos brasileiros por parte de Portugal, Caio poderá exercer cargo na carreira diplomática brasileira.

Sobre as Regras de Tratamento das Pessoas Presas ou Regras de Mandela, julgue o item subsequente:

65. De acordo com as regras de Mandela, a prática do confinamento solitário deve ser proibida, assim como o castigo de reduzir a alimentação ou água potável do recluso. Além disso, o contato familiar não deve ser restringido como sanção disciplinar, mas é possível a restrição ao contato por tempo limitado para a manutenção da segurança e da ordem.

Com base no Plano Nacional dos Direitos Humanos, avalie a correção ou incorreção do item abaixo:

66. O Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 traz a diretriz de modernização da política de execução penal, em que consta o objetivo programático de reestruturação do sistema penitenciário, do qual uma das ações programáticas é elaboração de projeto de lei de reforma da Lei de Execução Penal para estabelecer a vedação à divulgação de informações sobre perfil psicológico dos presos feito nos estabelecimentos prisionais.

Julgue o item a seguir, tendo em vista as regras previstas no Decreto 9.759/2019:

67. O Decreto nº 9.759/2019 estabeleceu uma série de regras para a criação de colegiados da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional. Dentre os requisitos da proposta de criação de colegiado, um deles é o de não prever a criação de subcolegiados por ato do colegiado principal, a não ser que seja limitado o número máximo de seus membros, se estabeleça o caráter temporário, com duração não superior a um ano, e seja fixado o número máximo de subcolegiados que poderão operar simultaneamente.

Sobre os Conselhos De Política Criminal e Penitenciário e da Comunidade, julgue os itens que se seguem:

68. São atribuições do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária em âmbito federal ou estadual, dentre outras, a de representar ao Juiz de execução para instauração de sindicância ou procedimento administrativo ou determinar a interdição, no todo ou em parte, de estabelecimento penal, em caso de violação das normas referentes à execução penal.

69. Os membros do Conselho Penitenciário têm mandato de 4 anos. Os membros devem ser professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas e são nomeados pelo Governador do Estado ou do Distrito Federal e Territórios.

70. Os Conselhos da Comunidade são escolhidos pelo Juiz de Execução, incumbindo ao Conselho visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca, entrevistas presos, apresentar relatórios mensais ao Juiz da execução e ao Conselho Penitenciário e diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Paulo Guimarães/Marcos Girão

71. Financiar por interposta pessoa, organização criminosa constitui crime de associação criminosa, tipificado pelo Código Penal.

72. Nos termos da Lei nº 12.850/2013 julgue a assertiva abaixo:

Se houver indícios de participação de policial nos crimes de organização criminosa, a Corregedoria de Polícia instaurará inquérito policial e comunicará ao Ministério Público, que designará membro para acompanhar o feito até a sua conclusão.

73. Julgue o item abaixo:

De acordo com a Lei nº 13.869/2019, conhecida como nova lei do abuso de autoridade, os crimes de abuso de autoridade são de ação penal pública condicionada à representação.

74. Pratica crime de abuso de autoridade aquele que impede a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado.

75. Adroaldo Costa Larga, empreendedor de grande sucesso, é o fundador da Costa Larga Empreendimentos Duvidosos Ltda. Conhecendo a Lei nº 12.846/2013, também chamada de Lei Anticorrupção, Adroaldo decide incorporar Costa Larga Empreendimentos a outra sociedade para escapar de eventuais sanções que possam ser aplicadas, já que acredita que nenhuma obrigação será transferida à pessoa jurídica sucessora.

Adroaldo, porém, não terá completo sucesso, pois a Lei nº 12.846/2013 prevê que nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.

76. Na esfera administrativa, pode ser aplicada às pessoas jurídicas consideradas responsáveis pelos atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013 a sanção de multa que terá o valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos. Além disso, sempre que for possível estimar a vantagem auferida, a multa nunca será inferior a esse montante.

77. Os atos de improbidade administrativa podem ser cometidos não apenas por servidores públicos, mas também por qualquer pessoa que exerça função pública, mesmo que de forma temporária, e mesmo que a prestação desse serviço não envolva remuneração. O mesário que trabalha nas eleições e o jurado, por exemplo, estão sujeitos à Lei de Improbidade.

78. Apesar de algumas das condutas consideradas atos de improbidade administrativa terem correspondência com tipos penais, os atos de improbidade administrativa são ilícitos de natureza civil.

79. De acordo com a Lei nº 10.826/2003, o Certificado de Registro autoriza o proprietário da arma de fogo a portá-la no dia a dia, bem como manuseá-la em locais fechados.

80. O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) é o conjunto ordenado de princípios, regras, critérios e recursos materiais e humanos que envolvem as políticas, planos, programas, ações e projetos sobre drogas, incluindo-se nele, por adesão, os Sistemas de Políticas Públicas sobre Drogas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

EXECUÇÃO PENAL**Antônio Pequeno**

81. Dispõe a Lei n. 7.210/1984 que o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. A contagem de tempo referida será feita à razão de: 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar – atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional – divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; e 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

82. Prescreve a Lei de Execução Penal que podem suscitar o incidente de excesso ou desvio de execução, além do Ministério Público, o Conselho Penitenciário, o sentenciado e qualquer dos demais órgãos da execução penal, exceto os Departamentos Penitenciários e o Conselho da Comunidade.

83. Nos termos da Lei de Execução Penal, no caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças, adolescentes ou pessoas com deficiência, os requisitos para progressão de regime são, cumulativamente: não ter cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa; não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente; ter cumprido ao menos 1/8 (um oitavo) da pena no regime anterior; ser primária e ter bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento; e não ter integrado organização criminosa.

84. De acordo com a Lei de Execução Penal, os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos na Lei dos Crimes Hediondos, incluída a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo, serão submetidos, prioritariamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA – ácido desoxirribonucleico, por técnica adequada e indolor.

85. Considerando o entendimento jurisprudencial do STJ, julgue o item a seguir em relação às faltas disciplinares praticadas no curso da execução penal.

O reconhecimento de falta grave decorrente da prática de fato definido como crime doloso independe do trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

86. No que toca às sanções disciplinares na fase de execução penal, julgue o item abaixo

o isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo, será determinado pelo diretor do presídio e comunicado ao juiz da execução.

87. No que toca às sanções disciplinares na fase de execução penal, julgue o item abaixo:

A autorização para inclusão de preso em regime disciplinar diferenciado dependerá de requerimento circunstanciado elaborado pelo diretor do estabelecimento, decidindo o juiz no prazo máximo de quinze dias, ouvida apenas a defesa.

88. De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), o órgão da execução penal destinado especificamente a prestar assistência aos albergados e aos egressos é o patronato

Art. 78. O Patronato público ou particular destina-se a prestar assistência aos albergados e aos egressos (artigo 26).

89. De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), julgue o item abaixo:

Apenas os condenados por crime hediondo praticado dolosa ou culposamente serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de ácido desoxirribonucleico (DNA), por técnica adequada e indolor.

90. Enquanto cumpria pena no regime fechado, J. O. R. tentou fugir da penitenciária em que estava; no entanto, não obteve êxito na sua fuga em virtude da rápida e eficiente ação dos agentes prisionais do local. Quanto a essa situação hipotética J. O. R. cometeu falta grave, entretanto, a sanção que lhe será aplicada sofrerá obrigatória redução em grau em virtude da fuga ter sido tentada.

91. De acordo com a Lei de Execução Penal, a fiscalização da saída temporária no regime semiaberto poderá ser definida por meio da monitoração eletrônica.

92. De acordo com a Lei de Execução Penal, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária é um órgão de execução penal que possuiu a incumbência de estimular e promover a pesquisa criminológica.

93. De acordo com a Lei de Execução Penal, a aplicação das sanções disciplinares de isolamento e de inclusão no regime disciplinar diferenciado é de competência, respectivamente, do diretor do estabelecimento prisional e do Juiz da execução, não podendo a primeira exceder a sessenta dias.

94. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

Nos estabelecimentos penais federais serão permitidas, para visita social em parlatório, o acesso de até 2 (dois) visitantes, sem contar as crianças.

95. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita

social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

O diretor do estabelecimento penal federal, jamais, poderá estabelecer dias e horários diversos dos previstos nesta portaria para as visitas sociais em parlatório.

96. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

As visitas sociais em parlatório deverão ter agendamento prévio e duração máxima de até três horas, nos termos do § 2º do art. 92 do Anexo do Decreto nº 6.049, de 2007, e serão realizadas semanalmente, em dias úteis, no período vespertino, das 13h às 19h30, permitindo-se para cada preso o acesso de até 2 (dois) visitantes, sem contar as crianças.

97. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

O acesso ao estabelecimento penal federal pelos visitantes será franqueado às pessoas devidamente cadastradas e previamente agendadas e deverá ocorrer com 45 (trinta) minutos de antecedência do horário agendado, sendo admitida tolerância máxima de 15 (quinze) minutos, sob pena de cancelamento da visita.

98. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

O acesso à área de segurança está condicionado à apresentação de identificação e aos procedimentos de revista pessoal, nos termos do art. 97 do Anexo do Decreto nº 6.049, de 2007, e do manual de procedimentos e rotinas carcerárias.

99. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

À Chefia de Reabilitação compete definir a organização da rotina carcerária de forma a permitir que os demais agendamentos das visitas sociais não coincidam com os atendimentos em parlatórios.

100. Julgue o item abaixo de acordo com a portaria de nº 157/2019 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

As visitas sociais nos estabelecimentos penais federais terão duração de até três horas.

101. De acordo com Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública o fluxo de informação horizontal é realizado pelo nivelamento das informações recebidas/encaminhadas do fluxo vertical para manter a consciência situacional dos órgãos que atuam nos CICC/similares.

102. De acordo com Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública no nível tático ocorre a convocação e a coordenação das reuniões integradas para elaboração do Plano Operacional Integrado, observando-se a missão dos órgãos, o período da operação, protocolos de atuação integrada, matriz de atividades, sistemas de monitoramento e fluxos de comunicação.

103. De acordo com Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública a composição do SIC4 em nível nacional será: da Secretaria de Operações Integradas (SEOPI); Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP); Polícia Federal (PF); Polícia Rodoviária Federal (PRF); Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN); Secretarias Estaduais de Segurança Pública (SSP), por representantes designados; e Convidados: além dos órgãos de natureza substancial vinculada a segurança pública, a depender do escopo da operação, poderão compor o SIC4 órgãos convidados que farão parte dos respectivos comitês e CICC/similares.

104. De acordo com Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública a composição do SIC4 estadual poderá adotar a seguinte estruturação: Secretaria Estadual de Segurança Pública/Similar; Polícia Militar (PM); Polícia Civil (PC); Corpo de Bombeiros Militar (CBM); Proteção e Defesa Civil; Órgãos dos Sistema Penitenciário; Órgãos de Trânsito; Institutos oficiais de criminalística, medicina legal e identificação; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; e Convidados: além dos órgãos de natureza substancial vinculada a segurança pública, a depender do escopo da operação, poderão compor o SIC4 órgãos convidados que farão parte dos respectivos comitês e CICC/similares

De acordo com Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública em nível municipal, o SIC4 será operacionalizado pelos Centros Integrados de Comando e Controle Municipal (CICCM), sendo suas estruturas, composição e rotinas definidas em norma específica.

105 De acordo com Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública o PAI é a metodologia de gestão aplicada à segurança privada e defesa social que promove atuação integrada, a sinergia de esforços multiagências e a interoperabilidade de sistemas, visando o alcance de objetivos comuns na realização de ações e operações integradas.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

Tiago Zanolla

Com Base No DECRETO N. 6.049/2007, analise as assertivas a seguir

106. A Corregedoria-Geral do Sistema Penitenciário Federal é um órgão de execução do Sistema Penitenciário Federal.

107. Josué foi condenado e em virtude sua alta periculosidade, foi recolhido a estabelecimento penal federal. A efetiva inclusão de Josué concretizar-se-á somente após a conferência dos seus dados de identificação com o ofício de apresentação.

108. No ato de inclusão, Josué ficará sujeito às regras de identificação e de funcionamento do estabelecimento penal federal determinadas pelo Juiz de execução.

109. Na inclusão de Josué no estabelecimento penal federal, a família ou pessoa por ele indicada deverá ser comunicada pelo setor de assistência social do estabelecimento penal federal, acerca da localização onde se encontra.

110. Josué será informado sobre as normas que orientarão o seu tratamento, as imposições de caráter disciplinar, bem como sobre os seus direitos

e deveres. Como Josué não sabe ler e escrever, as orientações deverão ser verbais.

111. Durante a certificação das condições físicas de Josué, foi constado dois hematomas na área da costela e alguns machucados na boca e orelha. Como foi verificada a violação da integridade física do detento, tal fato deverá ser imediatamente comunicado ao diretor do estabelecimento penal federal.

112. Quando Josué for liberado de forma definitiva, pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento penal, será considerado egresso.

113. De acordo com o Decreto n. 6.049/2007, são recompensas o elogio, a concessão de regalias e a redução da pena.

114. O elogio será formalizado em portaria do diretor do Ministro da Justiça.

115. A prática de esportes em áreas específicas está entre as regalias que podem ser concedidas pelo diretor do estabelecimento penal federal.

116. A revista pessoal e reservada com o advogado é um direito do preso condenado ou provisório incluso no Sistema Penitenciário Federal

117. Manter conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina é um direito do preso incluso no Sistema Penitenciário Federal.

118. Em determinada ocasião, constatou-se que Malaquias tinha cerca de R\$ 1.000,00 em espécie de baixo do colchão.

A conduta verifica não constitui falta disciplinar, uma vez que é permitida a posse de dinheiro para compra de itens na cantina.

119. A advertência verbal é punição de caráter educativo, aplicável às infrações de natureza leve.

120. A prática de fato previsto como crime doloso e que ocasione subversão da ordem ou da disciplina internas sujeita o preso, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado.



Estratégia
Concursos

Prova Discursiva

Marcio Damasceno / Carlos Roberto

Visão do Correio: Infância, um grito de socorro

Denúncias de maus-tratos infringidos a crianças e adolescentes se tornam cada vez mais frequentes no Brasil. Algumas ganham notoriedade, como o caso de Isabella Nardoni, de 5 anos, Mirella Poliana de Oliveira, de 11 anos, e Rhuan Maycon, de 9 anos. A primeira, morta pelo pai e a madrasta, foi jogada do 6º andar do prédio onde passava o fim de semana. A segunda, nas manchetes desta semana, foi assassinada pela madrasta, que, ao longo de dois meses, a envenenou à prestação. O terceiro foi esquartejado pela mãe e companheira, depois de ter o pênis decepado.

As tragédias que ganham visibilidade não constituem ponto fora da curva. Ao contrário. Chamam a atenção para a crescente violência cometida contra parcela da população indefesa, incapaz de exercer a plenitude dos direitos. Os algozes, na maior parte das vezes, não são inimigos contra os quais se aciona a Justiça na busca de salvaguarda. São membros da família ou instituições do Estado, negligentes no cumprimento da Constituição e na efetividade da rede de proteção legal — seja na prevenção às violações, seja na redução de danos.

Os números divulgados causam indignação. Em 2017, segundo o levantamento mais recente do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus), houve 307.367 casos de violência no Brasil — 126.230 dos quais se referem a menores de idade. É assustador: nada menos de 41%. Em 2018, o Disque 100 (canal de denúncias do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) registrou 152.178 ocorrências de agressão contra o público infantojuvenil.

[...]

Com adaptações. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2019/09/12/internas_opiniao.781980/visao-do-correio-infancia-um-grito-de-socorro.shtml. Acesso em 27 de maio de 2020.

Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres

A violência contra mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. Ela é estruturante da desigualdade de gênero.

A violência contra as mulheres se manifesta de diversas formas. De fato, o próprio conceito definido na Convenção de Belém do Pará (1994) aponta para esta amplitude, definindo violência contra as mulheres como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Art. 1º). Além das violações aos direitos das mulheres e a sua integridade física e psicológica, a violência impacta também no desenvolvimento social e econômico de um país.

A violência atinge mulheres e homens de formas distintas. Grande parte das violências cometidas contra as mulheres é praticada no âmbito privado, enquanto que as que atingem homens ocorrem, em sua maioria, nas ruas. Um dos principais tipos de violência empregados contra a mulher ocorre dentro do lar, sendo esta praticada por pessoas próximas à sua convivência, como maridos/esposas ou companheiros/as, sendo também praticada de diversas maneiras, desde agressões físicas até psicológicas e verbais. Onde deveria existir uma relação de afeto e respeito, existe uma relação de violência, que muitas vezes é invisibilizada por estar atrelada a papéis que são culturalmente atribuídos para homens e mulheres. Tal situação torna difícil a denúncia e o relato, pois torna a mulher agredida ainda mais vulnerável à violência. Pesquisa revela que, segundo dados de 2006 a 2010 da Organização Mundial de Saúde, o Brasil está entre os dez países com maior número de homicídios femininos. Esse dado é ainda mais alarmante quando se verifica que, em mais de 90% dos casos, o homicídio contra as mulheres é cometido por homens com quem a vítima possuía uma relação afetiva, com frequência na própria residência das mulheres.

Um dos instrumentos mais importantes para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres é a Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340/2006. Esta lei, além de definir e tipificar as formas de violência contra as mulheres (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral), também prevê a criação de serviços especializados, como os que integram a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, compostos por instituições de segurança pública, justiça, saúde, e da assistência social.

[...]

Com adaptações. Disponível em <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/areas-tematicas/violencia>. Acesso em 27 de maio de 2020.

Coronavírus: denúncias de violência doméstica aumentam e expõem impacto social da quarentena

À medida que a população tem acatado a quarentena, na tentativa de achatando a curva de afetados pela Covid-19, um outro (velho) desafio aponta no contexto de isolamento social. Indicadores de violência de alguns estados, sobretudo a doméstica, aumentaram logo após terem sido estabelecidas restrições de deslocamento a espaços públicos e privados por causa da pandemia.

Somente no Paraná, por exemplo, houve um aumento de 15% nos registros de violência doméstica atendidos pela Polícia Militar no primeiro fim de semana de isolamento. No Rio de Janeiro, a incidência foi ainda mais expressiva: os números cresceram em 50%.

ONGs chinesas de proteção à mulher notaram, além disso, procura maior por ajuda durante a pandemia do novo coronavírus. No Brasil, a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDDH) anunciou aumento de 9% das denúncias atendidas pelo Ligue 180.

A violência doméstica é, no entanto, apenas parte da esteira do contexto atual que envolve, entre outras coisas, o aumento de denúncias de violação de direitos humanos, por exemplo. Segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), foram registradas 1,3 mil queixas dessa natureza de 14 a 24 de março.

Por violência doméstica, compreende-se qualquer tipo de violência ocorrida dentro do âmbito familiar. Mulheres, homens, idosos, crianças e funcionários podem ser vítimas.

"O isolamento social imposto recentemente é, na verdade, um fenômeno comum e que frequentemente está ligado a situações de violência doméstica", explica a professora doutora Valéria Ghisi, coordenadora do Projeto Vidora (Violência Doméstica e Relacionamentos Abusivos) do curso de Psicologia da Universidade Positivo (UP). "O agressor tende a isolar socialmente a vítima, e a casa onde isso ocorre é tida por muitos como um espaço onde os olhos dos outros não chegam. O coronavírus apenas potencializou a questão".

Com adaptações. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/coronavirus-denuncias-de-violencia-domestica-aumentam-e-expoem-impacto-social-da-quarentena/>. Acesso em 27 de maio de 2020.

Considerando que os fragmentos de texto apresentados têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca da **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA VULNERÁVEIS**. No seu texto, aborde, necessariamente:

- Violência doméstica contra crianças e adolescentes. [valor: 9,50 pontos]
- Violência doméstica contra mulheres. [valor: 9,50 pontos]
- Como a sociedade pode contribuir para o combate aos crimes que envolvem a violência doméstica. [valor: 9,50 pontos]

FOLHA DE RESPOSTA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-DEPEN-20-06-20>

Conheça nosso Sistema de Questões

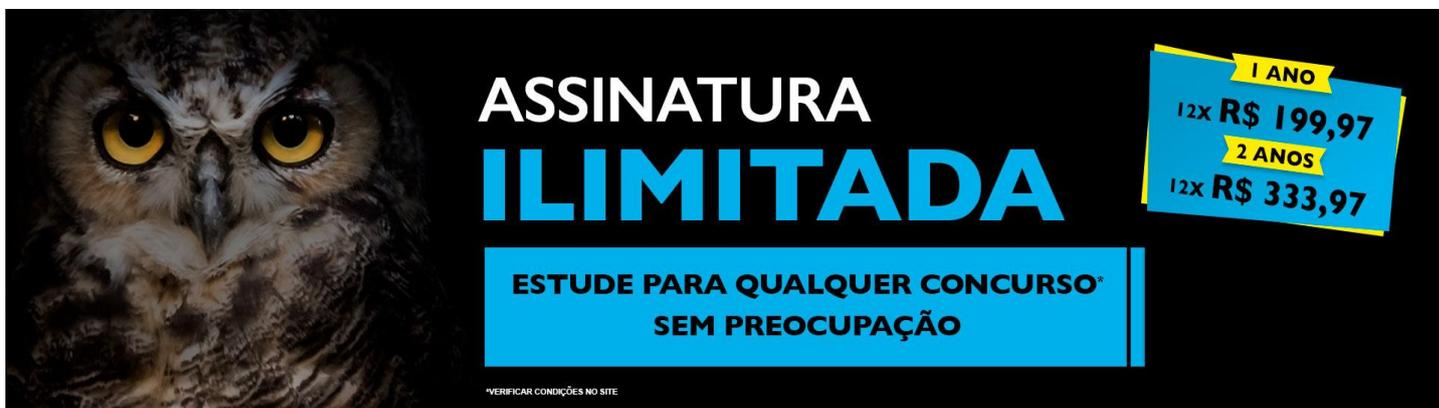
Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Concursos

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



ASSINATURA
ILIMITADA

ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE